

ED. 65 | ANO II | 04/11 A 19/11/2021

LEGIS SEMAS

BOLETIM DE INFORMAÇÕES LEGISLATIVAS



APRESENTAÇÃO

O Legis Semas é um projeto de comunicação social de iniciativa do Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS), que tem a responsabilidade institucional de divulgar, periodicamente, as mais recentes e relevantes normas publicadas e alteradas no trato das matérias ambientais, administrativas e outras de interesse da Secretaria, com o objetivo de fornecer maior visibilidade e acesso às informações legislativas de âmbito estadual e federal. Além disto, visa comunicar cursos, seminários e eventos que estão ocorrendo no período de cada edição e, ainda, indicar e-books, filmes, documentários, livros e outras publicações disponíveis, sempre de forma gratuita, em busca da transmissão de conhecimentos e acesso à informação, alinhado ao objetivo 16, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

SOBRE O NEL

O Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) é responsável por desenvolver estudos legislativos, analisar e/ou elaborar minutas de normas a fim de subsidiar a atuação da SEMAS, do Conselho Estadual de Meio Ambiente e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, inserir e atualizar as normas no endereço eletrônico da SEMAS, emitir manifestação técnica legislativa dos atos normativos da SEMAS e de outros órgãos da administração direta e indireta, atender o público interno e externo sobre demandas legislativas, revisar atos normativos de competência da SEMAS e divulgar as mais recentes e relevantes normas publicadas, além de alterações legislativas ambientais e administrativas por meio de informativo periódico.

A equipe do NEL é composta pelos seguintes servidores:

Rebeca Monteiro Reitz - Consultora jurídica e Coordenadora;

Andressa Dourado R. S. de Carvalho - Advogada;

Camila Oliveira N. Veloso - Técnica em Gestão Pública/Administração;

João Marcelo Lima - Técnico em Gestão do Meio Ambiente;

Gabriel Alberto Souza de Moraes - Estagiário;

Daniela Rodrigues De Nardi - Estagiária;

Kelly Isabel Pereira Pereira - Estagiária.

.....
Este informativo é de responsabilidade do NEL/SEMAS-PA

Responsável: Camila Veloso

Revisão: Rebeca Reitz e Andressa Dourado

Email: nel@semas.pa.gov.br

Projeto Visual e Diagramação: NEL/SEMAS

Fotos: Agência Pará

Apoio: ASCOM/SEMAS

CARTA AO LEITOR



Nesta 65ª edição do LEGIS SEMAS, destaca-se a publicação do Decreto nº 10.852, de 8 de novembro de 2021, que regulamenta o Programa Auxílio Brasil, instituído pela Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021. Ressalta-se, ainda, a Portaria Interministerial MME/MAPA Nº 4, de 9 de novembro de 2021, a qual dispõe sobre o percentual para o modelo de comercialização de biodiesel.

Em âmbito estadual, enfatiza-se a publicação da Lei nº 9.341, de 11 de novembro de 2021, que institui o Estatuto da Equidade Racial no Estado do Pará, adota, também, os preceitos da Lei Federal nº 12.288, de 20 de julho de 2010, e altera a Lei Estadual nº 6.941, de 17 de janeiro de 2007. Vale ressaltar, a relevância da Resolução ARCON-PA nº 03, de 03 de novembro de 2021, estabelecendo as condições gerais na prestação e utilização dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, cuja regulação é delegada à Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará – ARCON-PA.

O "Fique de Olho", desta edição, traz duas opções aos interessados em eventos como o "Curso de Gestão Eficiente de Licenças Ambientais", promovido pela Innovare Ambiental, e a divulgação da "24ª Feira Pan-Amazônica do Livro e das Multivozes".

Em tempo, o E-book: "Dinâmicas Socioambientais do Novo Coronavírus (COVID-19)" é a sugestão do "NEL Indica", uma obra que coliga pesquisadores de Moçambique, Brasil, Portugal e Espanha.

Rebeca Reitz
Boa leitura!

Coordenadora - NEL

NORMAS FEDERAIS



DECRETO Nº 10.852, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021. Regulamenta o Programa Auxílio Brasil, instituído pela Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021.

RESOLUÇÃO Nº 17, DE 5 DE OUTUBRO DE 2021. Define as metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para a comercialização de combustíveis.

RESOLUÇÃO Nº 19, DE 5 DE OUTUBRO DE 2021. Institui Grupo de Trabalho - GT de Planejamento de Oferta de Áreas com o objetivo de propor estratégias para aumentar a sinergia entre o planejamento da oferta de áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural e o processo de licenciamento ambiental.

RESOLUÇÃO Nº 20, DE 5 DE OUTUBRO DE 2021. Institui Grupo de Trabalho - GT de Licenciamento Ambiental, com o objetivo de propor estratégias para otimizar o processo de licenciamento ambiental relacionado à exploração e produção de petróleo e gás natural.

RESOLUÇÃO Nº 106, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2021. Aprovar a Norma de Referência ANA nº 2, para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico, que dispõe sobre a padronização dos aditivos aos Contratos de Programa e de Concessão, para prestação de serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, para incorporação das metas previstas no Art. 11-B da Lei nº 11.445/2007, modificada pela Lei nº 14.026/2020.



NORMAS FEDERAIS



RESOLUÇÃO Nº 5, DE 20 DE OUTUBRO DE 2021. Aprova a consulta pública de minuta de Projeto de Lei que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, o Comitê Interministerial sobre a Mudança do Clima e o Crescimento Verde e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 6, DE 20 DE OUTUBRO DE 2021. Aprova o Relatório Final de Monitoramento e Avaliação do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima - Ciclo 2016-2020.

PORTARIA SAF/MAPA Nº 242, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021. Estabelece as condições e os procedimentos gerais para inscrição no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF).

PORTARIA MAPA Nº 337, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021. Estabelece requisitos mínimos e reconhece programas de promoção de boas práticas agrícolas, na etapa primária da cadeia produtiva agrícola, aplicados por entes públicos e privados no território nacional.

PORTARIA Nº 665, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2021. Institui o Catálogo Nacional de Abelhas-Nativas-Sem-Ferrão. (Processo 02070.004380/2020-13).

PORTARIA Nº 662, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2021. Dispõe sobre a adesão à Rede Brasileira de Bancos de Alimentos.



NORMAS FEDERAIS



PORTARIA INTERMINISTERIAL MME/MAPA Nº 4, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2021.

Estabelece o percentual para o modelo de comercialização de biodiesel, conforme prevê a Resolução nº 4, de 9 de dezembro de 2020, do Conselho Nacional de Política Energética.

PORTARIA SAP/MAPA Nº 439, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2021. Disciplina os procedimentos administrativos para regularização de transferência de propriedade e transformação da embarcação de pesca, prevista nas alíneas a e bem do inciso I do Art. 5º do Decreto nº 8.425, de 31 de março de 2015.

PORTARIA MJSP Nº 503, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2021. Autorizar o emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio à Fundação Nacional do Índio - Funai, na Terra Indígena Kawahiva do Rio Pardo, no Estado de Mato Grosso.

PORTARIA MJSP Nº 504, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2021. Dispõe sobre o emprego da Força Nacional de Segurança Pública - FNSP, em apoio à Polícia Federal no Estado do Pará.

INSTRUÇÃO NORMATIVA SPA/MAPA Nº 1, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2021. Estabelece as macrorregiões sojícolas e respectivas regiões e da zona climáticas para fins de indicação de cultivares de soja no Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC.



NORMAS FEDERAIS



RESOLUÇÃO CEC Nº 3, DE 10 DE MARÇO DE 2021. Autoriza o início de processo de solução de controvérsias no âmbito da Organização Mundial do Comércio, com respeito à imposição de barreiras comerciais contra a exportação de carnes de aves brasileiras para a União Europeia.

PORTARIA SDA Nº 447, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2021. Aprova os procedimentos para apreensão cautelar de produtos comestíveis e não comestíveis de bovinos, bubalinos, caprinos e ovinos submetidos ao abate de emergência e dá outras providências.

PORTARIA Nº 2.812, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2021. Autoriza a transferência de recursos ao Município de São Félix do Xingu - PA, para a execução de ações de Defesa Civil.

PORTARIA SDA Nº 447, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2021 (*) Republicação da Portaria nº 447, de 12 de novembro de 2021, por ter constado incorreção, quanto ao original, na Edição 214, do Diário Oficial da União de 16 de novembro de 2021, Seção 1, pág. 4.



NORMAS FEDERAIS



PORTARIA INTERMINISTERIAL MME/MAPA Nº 4, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2021.

Estabelece o percentual para o modelo de comercialização de biodiesel, conforme prevê a Resolução nº 4, de 9 de dezembro de 2020, do Conselho Nacional de Política Energética.

CIRCULAR CAIXA Nº 962, DE 10 NOVEMBRO DE 2021.

Disciplina procedimentos operacionais para credenciamento de Agentes Financeiros para atuação no âmbito do Programa de Regularização Fundiária e Melhoria Habitacional, integrante do Programa Casa Verde e Amarela.



NORMAS ESTADUAIS



LEI Nº 9.341, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2021. Institui o Estatuto da Equidade Racial no Estado do Pará, adota os preceitos da Lei Federal nº 12.288, de 20 de julho de 2010, e altera a Lei Estadual nº 6.941, de 17 de janeiro de 2007.

RESOLUÇÃO ARCON-PA Nº 03, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2021. Estabelece as condições gerais na prestação e utilização dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, cuja regulação seja delegada à Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará – ARCON-PA.



FIQUE DE OLHO



CURSO DE GESTÃO EFICIENTE DE LICENÇAS AMBIENTAIS

De 07 a 10 de dezembro de 2021, das 14h às 18h, a Innovare Ambiental cederá um curso exclusivamente presencial no campus UNAMA Alcindo Cacela - Belém/PA com o objetivo de fornecer conhecimento sobre os instrumentos legais e técnicos que compõem todas as etapas do processo de licenciamento ambiental.

Para acompanhamento de mais informações, [clique aqui!](#)



24ª FEIRA PAN-AMAZÔNICA DO LIVRO E DAS MULTIVOZES

O evento ocorrerá de 01 a 05 de dezembro na Arena Guilherme Paraense - Mangueirinho, que fica situada na Avenida Augusto Montenegro. Neste ano, serão homenageados os escritores paraenses Vincente Franz Cecim e Zeneida Lima. A entrada é franca.

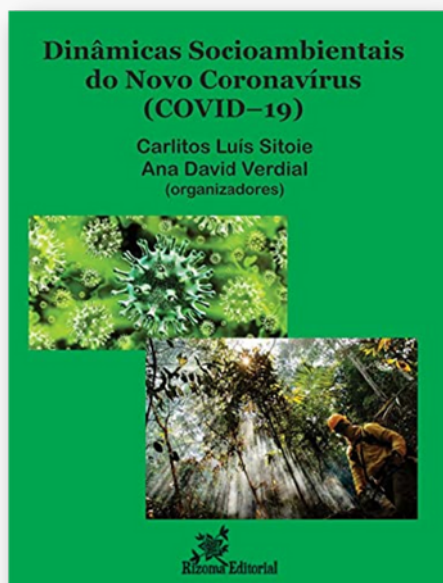
Para acompanhar as informações do evento, [clique aqui!](#)



E-book: Dinâmicas Socioambientais do Novo Coronavírus (COVID-19).

Trata-se de um compilado de obras realizadas por pesquisadores de Moçambique, Brasil, Portugal e Espanha, resultante de uma conferência significativa para a área de pesquisa e extensão universitária técnico-científica. Este livro busca ressaltar os impactos e desafios enfrentados pela COVID-19.

Para adquirir e ler o e-book, [clique aqui](#).



Dia da CONSCIÊNCIA NEGRA

O Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra foi instituído pela Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011, e elucida o combate às formas de dominação étnica e, consequentemente, busca uma isonomia formal e material entre todos. A data é alusiva à morte do líder quilombola Zumbi dos Palmares, símbolo de luta e resistência do período escravocrata, perdurando até os dias atuais.

Destacam-se, a seguir, algumas legislações fundamentais sobre a conscientização da equidade racial:

A **Constituição Federal de 1988**. Dispõe no **art. 3º, IV**, que constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

A **Lei Federal nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

Lei Federal nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico e nível médio, e dá outras providências.

Lei Federal nº 12.990, de 9 de junho de 2014. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, autarquias, fundações públicas, empresas de economia mista controladas pela União.

Lei Estadual nº 9.341, de 11 de novembro de 2021. Institui o Estatuto da Equidade Racial no Estado do Pará, adota os preceitos da Lei Federal nº 12.288, de 20 de julho de 2010, e altera a Lei Estadual nº 6.941, de 17 de janeiro de 2007.



Curta e siga nossas redes sociais



Visite nosso site:
www.semas.pa.gov.br